

Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- Reunião Ordinária

Data: 15/02/2024

Horário: 9:00am até 12:00pm

Local: Sala dos Conselhos - Rua Líbero Badaró, 119 – 13º andar - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01009-000

Para participação virtual:

Reunião Ordinária - COMUSAN/SP – 15/02/2024

Quinta-feira, 15 de fevereiro · 9:00am até 12:00pm

<https://encurtador.com.br/gvIQX>

Titulares e Suplentes da Sociedade Civil presentes:

1. Vera Helena Lessa Villela - Titular - Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo
2. Rita Helena Bueno Pinheiro - Titular - Conselho Regional de Nutricionistas CRN3
3. Maria Angélica Correia de Oliveira – Titular – Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais
4. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior – Titular – Associação Geógrafos do Brasil
5. Maria Amelia Trindade – Titular - Associação Beneficente Educacional e Cultural Ilê Asé Yalodê Oyó
6. Fernanda Suemi Yonamine Takemoto – Titular – Autonomia ZN
7. Narcisio Rios – Suplente - Associação Paulista de Nutrição
8. Isabela Ferraz Davies – Suplente – Missão Paz
9. Tania Maria Alba – Suplente - Associação União de Amigos do Jardim São Francisco e Rodolfo Pirani
10. Jair Cardoso Neto – Titular - RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde
11. Solange Cavalcante da Silva Redolfi – Titular - Fórum Sustentabilidade do Butantã
12. Eliane Nascimento dos Passos Neris – Suplente - Associação da Hora
13. Gilson Pereira – Titular - Ação da Cidadania São Paulo
14. Maria Angela Raymondo – Suplente - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana – CROPH
15. Givanildo de Jesus Santos – Titular - Associação Moradia do Arco Iris LGBT Brasil
16. Beatriz Thomaz de Paula – Titular – ONG Banco de Alimentos
17. Denise Meira Gonçalves Vilas Boas – Titular - SESC – SP
18. Aline de Almeida Petrilli – Suplente – Instituto Capim Santo

Titulares e Suplentes do Poder Público presentes:

1. Mônica Rodrigues Bello – Suplente – SMDet-CA
2. Mônica Cordeiro Nogueira da Cruz – Titular - SME/CODAE
3. Amanda Biachi Leonardo Rodrigues – Suplente - SME/CODAE
4. Bruna dos Santos Pereira – Titular – SGM
5. Maira Cavalcanti Rocha – Titular – SMADS
6. Lia Palm – Titular – SMDet
7. Arthur Xavier – Titular - SMDHC/SESANA/COSAN
8. Luiza Aparecida de Araújo – Suplente - SMDHC/SESANA/COSAN
9. Brigitte Baum – Titular – SVMA
10. Conceição Aparecida Mariano - SMSUB

Convidados

1. Carlos Fernandes – SMDHC/SESANA
2. Sonia Francine Gaspar Marmo - SMDHC
3. Poliana Lisboa de Almeida - SMDDET/CA
4. Isabela Campos – SMDHC/SESANA/COSAN
5. Roseli Zampirolli Berkovits
6. Claudio Carvalho
7. Roberta Curan
8. Márcia Aparecida Mendes

Secretário Executivo do Conselho:

Luis Felipe Casado Alcaniz

PAUTA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUSAN-SP - 21/09/23

PAUTA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUSAN-SP

15/01/2023

9:00 – Abertura da reunião: acolhimento e apresentação dos participantes (favor colocar dados de identificação no chat também: nome e entidade que representa, se é conselheiro titular ou suplente) e preencher o link da lista de presença, disponibilizado no chat da reunião.

9:30 – Início da reunião com qualquer número de participantes

9:30 – 10:15 - INFORMES DA EXECUTIVA, das COMISSÕES PERMANENTES, do Obsanpa, das COMISSÕES REGIONAIS (5 minutos para cada Comissão e 10 para OBSANPA).

Da Executiva:

- Processo eleitoral
- Ministério Público de informações sobre os fundos de financiamento das políticas de segurança alimentar e nutricional e combate a fome – FAASP e FUMCAF
- Processos de formação e divulgação das Políticas Públicas de SAN pelo governo federal: 7ª. Oficina Técnica Virtual do Ciclo de Diálogos Federativos do SISAN - apresentou os novos Decretos da política de SAN. São eles: o Decreto nº 11.802, de 28 de Novembro de 2023 (PAA); o Decreto nº 11.822, de 12 de Dezembro de 2023 (Estratégia SAN nas cidades) - https://www.youtube.com/live/SIKUWduXb_E?si=fV1SYarzMcJfVrCV e o Decreto nº 11.821, de 12 de Dezembro de 2023 (Promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar)
- Como contribuir com a consulta pública – Emergência em Assistência Social: o que fazer? Gestão e Vigilância Socioassistencial – conselheiras Maíra Cavalcanti e Edilene da SMADS

Da Comissão Permanente de Relações Institucionais, Comunicação e Educação Permanente

- COMUSAN CONECTA de 04/03/2024

Do OBSANPA – situação atual do Inquérito de SAN – conselheiro José Raimundo Souza Ribeiro Jr

De conselheiras/os com tempo de 3 minutos para cada informe

10:15– 11:45 h - PONTOS DE PAUTA:

- Consulta à Secretária Soninha Francine sobre Previsão de retomada da CAISAN e Elaboração do II PLAMSAN e sobre a Constituição do Comitê de Administração do FAASP conforme discutido em reunião de dezembro de 2022 com equipe da SMDHC e coordenada pela conselheira suplente de SMDHC Lylian Consellos.
- Prestação de contas, Esclarecimentos das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, SESANA, Secretaria de Governo e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social a respeito da aplicação dos Fundos de Combate à fome e de Abastecimento Alimentar nos anos de 2023/24 e respectivos programas, para ciência e encaminhamento de conselheiras/os
- Informes por parte da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania sobre andamento do inquérito de SAN/INSAN a partir da emenda parlamentar da Bancada Feminista aprovada – complemento dos informes do OBSANPA
- Reforçar a comissão que vem discutindo e acompanhando a implementação do Fundo Municipal de Combate à Fome – trazer novos componentes e publicizar a Comissão
- Consulta ao pleno e Comissão de Ações e Políticas de SAN sobre agenda e organização de pauta para reunião com novo coordenador de Alimentação Escolar (CODAE) de SME, a partir de consulta realizada pela conselheira Mônica Nogueira de SME.

11:45 – 12:00 h – Encaminhamentos e avaliação

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO PROPRIAMENTE DITA

9:30 hs – INFORMES DA EXECUTIVA: Inversão de alguns informes, tendo em vista horário disponibilizado pelo conselheiro José Raimundo Souza Ribeiro Junior para informes sobre Inquérito de SAN/INSAN no Município de São Paulo.

1º Informe – Do Observatório de SAN - Apresentação do Projeto de Inquérito de Segurança Alimentar e Nutricional pelo conselheiro José Raimundo Souza Ribeiro Jr que discutiu o projeto em parceria com Unifesp e UFABC, detalhando os trâmites da emenda parlamentar e a fase atual de organização do processo. José Raimundo faz uma retrospectiva histórica da construção do Projeto de Inquérito de SAN/INSAN no município de São Paulo lembrando que a primeira proposta surgiu durante a pandemia, quando ainda estava como professor na UNIFESP e foi apresentada para as Secretarias. Propunha a utilização da escala brasileira de insegurança alimentar - EBIA, que é a utilizada pelo IBGE e pela Rede PENSSAN e produz os melhores dados que podemos ter sobre a situação alimentar. Infelizmente, essas pesquisas fornecem dados apenas na escala nacional, regional e estadual e trabalhamos nos municípios meio no “escuro”. Sabemos que os territórios mais vulnerabilizados são os que concentram também as pessoas em situação de insegurança alimentar grave, mas não se tem dados precisos. Graças à incidência política de algumas e alguns conselheiras/os do COMUSAN-SP foram aprovadas e estavam bem encaminhadas 2 emendas parlamentares, mas que pelas idas e vindas de vinculação institucional do COMUSAN não conseguiram ser executadas. A boa notícia é, que no momento, temos outra emenda parlamentar aprovada e já bem encaminhada para conduzir o estudo. Essa verba vai para uma Fundação, que é comum à UNIFESP e UFABC, à qual José Raimundo está vinculado atualmente, como professor titular, e segue os trâmites dentro da Universidade, acompanhada pelo professor Daniel Bandoni, da UNIFESP da Baixada Santista. Os encaminhamentos dentro da SMDHC foram bem rápidos. Nesse momento, o projeto está na fase de montagem de edital para seleção da empresa que realizará a coleta de dados. Além de montar o questionário e definir o recorte espacial o princípio para a escolha da empresa será não o menor preço, mas quem tem a maior experiência nesse tipo de processo. Em linhas gerais, a previsão é de que a elaboração do edital deva terminar até o final de fevereiro, com recebimento das propostas em março e, em abril e maio, a equipe de pesquisa já esteja em campo. É uma projeção bem otimista. Se caminhar nesse tempo, a partir de junho/julho já se inicia o processo de análise

dos dados, e no início do segundo semestre já se inicia a divulgação. Coloca-se à disposição para conversar sobre o processo. A presidente Vera coloca as comissões do COMUSAN-SP para colaborar na elaboração do edital, caso necessário. Abrindo para perguntas, a Secretária Sônia Francine parabeniza pela intenção de fazer um bom trabalho e corrobora os comentários de José Raimundo sobre a dificuldade de coletar e avaliar dados de vulnerabilidade sócio econômica relacionados à INSAN. Analisa que isso fica muito evidente na Vigilância Socioassistencial, onde se analisa a cobertura de oferta que o estado oferece, e por isso é difícil saber onde os serviços não estão chegando. E quanto ao recorte territorial, lembra que o menor espaço que alcançamos é o do distrito, que continua sendo muito complexo. Traz alguns exemplos da Rede Cozinha Escola, onde se constata que o que é ofertado, muitas vezes não alcança as necessidades das populações atendidas, pois revela-se que o período de maior dificuldade de acesso à alimentação é o do jantar, enquanto que os projetos destinam-se à oferta de almoço. Nessa linha, a decisão da ampliação de oferta passa pela ampliação geográfica ou pela ampliação do horário das refeições, usando como exemplo essa situação específica. Nesse sentido, pergunta quais as escolhas que os pesquisadores fizeram com relação à amostra. A coordenadora da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Capital, Selma de Freitas, que acompanha a reunião do COMUSAN-SP, parabeniza pela efetivação da pesquisa em São Paulo e questiona sobre as dimensões a serem pesquisadas, se para além do acesso também entrarão aspectos educacionais, como dialoga com as políticas de governo. Pergunta também quais parlamentares consideraram essa pesquisa importante, porque é muito difícil conseguir sensibilizá-los para esse tipo de proposta. Em seguida, pede a palavra outra componente da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, Sueli – do Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª região, pergunta se a pesquisa vai analisar o impacto dos programas de transferência de renda no acesso à alimentação. José Raimundo avalia que os desafios são enormes para realização da pesquisa – que será possível desvelar muitas questões estratégicas, mas que outras continuarão ocultas. Lembra que estamos falando de um município com 12 milhões de habitantes, população de muitos países, e que, por sua vez, apresenta muitas desigualdades, como bem apontou a Secretária Sonia Francine. Como produzir dados sobre o bairro do Morumbi, por exemplo, que tem Paraisópolis encravada em meio a prédios de alto padrão. Tudo isso tem que ser comentado pelos pesquisadores, de forma que possam ficar claros os limites da pesquisa. Uma das coisas que se espera é que essa pesquisa fizesse levantar inúmeras questões para que às universidades paulistas, federais, estaduais públicas e privadas se debruçassem sobre casos mais específicos. Explicita que uma pesquisa amostral não conseguirá dar conta de desvelar as subjetividades e a diversidade que podem se dar num mesmo território, e que a preocupação é construir recortes espaciais que explicitem as desigualdades. Uma das coisas que vão garantir é, de fato colocar os dados abertos, isto é, tudo que a gente produzir vai ser disponibilizado seja pelo Portal da UNFESP, da UFABC, para que outros pesquisadores e pesquisadoras possam acessar e trabalhar outros enfoques. Provavelmente, o que a pesquisa vai mostrar é que o estado de São Paulo concentra o maior número de domicílios em situação de fome no país. Pode parecer paradoxal, mas não é: concentramos riqueza e pobreza nos territórios, e o importante é que produzindo dados sobre o município poderemos identificar o tamanho do desafio que temos pela frente. E consegue dizer se o orçamento é suficiente ou não para aquilo que está se colocando. Considera que deve ser muito difícil fazer uma escolha entre vou dar janta para um, e almoço para o outro e que isso não deve ser uma escolha. Com esses dados, será possível pressionar o poder Público a se colocar e definir um valor à disposição da segurança alimentar e nutricional condizente com o desafio. A gente sabe que esse valor hoje em dia está aquém. Respondendo à Selma com relação a quais parlamentares assumiram o Projeto de pesquisa como prioritário, José Raimundo esclarece que foi a Bancada Feminista. Anteriormente, os mandatos de Erika Hilton e Suplicy também tinham disponibilizado emendas, mas não foi possível viabilizar. Quanto ao questionamento de Sueli sobre o papel que os programas de transferência de renda têm na mobilização das pessoas em busca de inserção no mercado de trabalho, José Raimundo comenta que a fala de quem recebe R\$600,00 não quer trabalhar é uma fala que não

se fundamente, resultado de vários estudos, principalmente no que diz respeito ao Bolsa Família. Ninguém vivendo com esse valor consegue fazer frente às despesas necessárias para uma vida com um mínimo de dignidade. Basta entrar num supermercado e verificar os preços dos alimentos, Por vezes, sair da periferia para trabalhar na região central gera custos, seja de transporte, seja para pagar alguém com quem deixar filhos, que não é coberto pelo salário que se recebe. Essas foram algumas constatações de pesquisas qualitativas realizadas, inclusive na zona leste, por José Raimundo e outros pesquisadores. Essa é uma visão distorcida da realidade, que não evidencia a situação de adoecimento mental das pessoas que vivem situações de fome, por não ter como suprir necessidades básicas da família. É um trauma. O caminho tem que ser outro, sendo necessário aumentar o colchão social para famílias que estão passando por situações muito vulneráveis. O estudioso espera que a pesquisa nos traga dados que permitam nos posicionar criticamente sobre o que a realidade a enfrentar, independente de qual seja. Compartilha conosco os levantamentos que têm feito sobre inquéritos alimentares realizados na cidade de São Paulo e revela que o primeiro deles foi em 1930, coordenado por Paula Souza. De lá para cá teve fome em todos os períodos. Selma traz a perspectiva do âmbito estadual, tendo em vista que as CRSANS são estruturas de participação e controle social vinculadas ao Consea estadual e das possibilidades deste tipo de estudo chegar também nessa instância. A expectativa de José Raimundo é que os resultados do inquérito da cidade de São Paulo sejam tão potentes que, ao ser levados para deputados estaduais e consórcios de pesquisa de instituições de ensino superior, provoquem sua ampliação e lembra que não podemos desconsiderar a questão metropolitana, a necessidade de diferenciar situações do rural e do urbano; por regiões do estado e ter um horizonte mais preciso dos dados. Selma assume o compromisso de instigar as demais Coordenações regionais, que são 16 no estado de São Paulo, de buscar acompanhar o processo.

- 2º Informe: Da Comissão Eleitoral – A presidente Vera informa que ainda estamos no aguardo da publicação tanto da portaria da Comissão Eleitoral do COMUSAN-SP, como do edital de convocação das eleições da 9ª gestão do COMUSAN-SP. A Comissão Eleitoral vem se reunindo semanalmente, às sextas-feiras, das 10:30 às 11:30 h e trocando com o Departamento de Participação Social de SMDHC para adequar o modelo do edital aos utilizados para as demais instâncias de participação e controle social da Secretaria. Explica que está sendo elaborado folheto informativo sobre o COMUSAN-S, sobre as políticas públicas que o município vem implementado, como participar, quais as atribuições de conselheiras/os. Também está sendo construída uma cartilha sobre o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN Municipal, nos moldes das cartilhas produzidas pela REDESANS, vinculada à UNESP de Botucatu. Esse documento vem sendo elaborado a partir de uma base que a conselheira Solange Redolfi, do Fórum de Sustentabilidade do Butantã trouxe para a Comissão Eleitoral. A intenção é permitir acesso a essa cartilha de forma virtual.
- 3º Informe – Comissão de Relações Institucionais, Comunicação e Educação Permanente - COMUSAN CONECTA – Presidente Vera explica que não foi possível realizar nos meses de janeiro e fevereiro, mas que está programado para acontecer em 04/03/2024, por meio da sala ZOOM disponibilizada pelo Sindicato de Nutricionistas do Estado de São Paulo, a partir das 16 hs até às 18 hs. Retomando contatos dos convidados: CONSEA Estadual – participação da presidenta Rosana Gaspar e Selma de Freitas da Comissão Regional de SAN da capital, bem como das demais lideranças que possam vir discutir conosco os desafios e as perspectivas para inserção de alguns segmentos nos Conselhos de SAN, entre eles os dos povos tradicionais, especialmente dos povos indígenas, população negra, ciganos, migrantes e refugiados e população LGBTQIAP+. Apoio do Departamento de Participação Social porque temos dentro da Secretaria de Direitos Humanos representações, conselhos, comitês de todos esses segmentos. Comenta que participantes da Comissão Eleitoral tomaram conhecimento, em sua reunião semanal, que os movimentos de povos indígenas estão provocando

uma discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional e solicitamos articulação para que possamos acompanhar e colaborar, dentro do possível. A conversa acontecerá com a Secretaria Executiva de SAN – SESANA e um dos pontos de pauta será a composição das cestas básicas distribuídas pelo programa Cidade Solidária, tendo sido esta uma questão também levantada na Conferência Municipal de SAN.

- 4º Informe – Atuação do Ministério Público Estadual no acompanhamento de alguns programas e políticas públicas de SAN no Município de São Paulo, especialmente no que diz respeito à população em situação de rua. Mas, também no que diz respeito ao dois Fundos existentes na cidade para financiar as políticas e ações de SAN, o Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar e o Fundo Municipal de Combate à Fome. Foram encaminhadas solicitação de informação para SMDHC, inclusive de como está o andamento da utilização do fundo Municipal de Combate à fome. E também à necessidade de infraestrutura mínima de funcionamento do COMUSAN-SP – para realização das reuniões, para guarda de materiais do COMUSAN-SP, equipamentos mínimos. SMDHC já encaminhou suas respostas. É uma praxe, acompanhar o andamento das políticas de SAN, junto às secretarias que implementam essas políticas, e Conselhos, especialmente voltadas para populações em situação de vulnerabilidade, inclusive em relação ao Banco de Alimentos.
- 5º Informe: Processos de discussão que o governo federal tem feito por conta da retomada das políticas públicas de SAN, a partir da realização do processo de conferência, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Hoje está bastante atrelado ao Sistema Nacional de SAN e tem exigência que os municípios façam adesão ao SISAN para acessar as verbas do Programa de Aquisição de Alimentos. No dia 07/02/2024 o MDS apresentou o Programa Estratégia de SAN para as cidades, como arcabouço legal. Trocamos informações com SESANA, Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério de Desenvolvimento Agrário. Os links para acesso à políticas, o webnário sobre Estratégia Alimenta Cidades, e para o PAA. Houve 3 encontros entre janeiro e fevereiro sobre estratégia de alimentação saudável nas escolas e sobre o PAA. São temas importantes para conselheiras/os conhecerem e acompanharem e a presidente se coloca à disposição para buscar maiores informações, caso seja necessário.
- 6º Informe: Orientação das conselheiras representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de como contribuir com a consulta pública que está sendo feita a nível federal sobre Emergência em Assistência Social: o que fazer e Vigilância Socio Assistencial. O prazo para contribuir é até 20/02. O link foi disponibilizado no grupo de wthazapp do COMUSAN-SP e na convocação.
- Comentários sobre as dificuldades para utilização do aplicativo TEAMS e que tem dificultado a participação de algumas e alguns conselheiras/os. Sugestão de entrar pelo navegador e não pelo aplicativo.

PONTOS DE PAUTA:

- A presidente Vera explicita que os pontos de pauta desta reunião haviam sido propostos para a reunião de janeiro de 2024, mas como a solicitação para as Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, Governo e Assistência Social ficaram muito próximas da reunião, não foi possível abordá-los. Por essa razão eles foram pautados para a reunião ordinária de fevereiro em que trataremos dos seguintes pontos: Consulta à Secretária Soninha Francine sobre Previsão de retomada da CAISAN e

Elaboração do II PLAMSAN e sobre a Constituição do Comitê de Administração do FAASP, Prestação de contas, Esclarecimentos das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, SESANA, Secretaria de Governo e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social a respeito da aplicação dos Fundos de Combate à Fome e de Abastecimento Alimentar nos anos de 2023/24 e respectivos programas, para ciência e encaminhamento de conselheiras/os.

O Secretário da SESANA, Carlos Fernandes traz uma apresentação em powerpoint para abordar os Programas de SAN de SMDHC:

Cidade Solidária: Em janeiro de 2024 – 144 mil cestas básicas e 3159 entidades cadastradas. Busca de atender todo mundo no menor espaço de tempo – 7000 cestas por dia em média.

2023 – 1 milhão e 600 mil cestas.

Cozinha Cidadã – 2023 – 82 restaurantes/200 refeições por dia – Comunidades – 27: 4 milhões aproximadamente e POP RUA – 1 milhão e 300 – 10 pontos de entrega

Janeiro de 2024 – Comunidades: 390000 e Pop rua- 124000

Cozinha Escola – 53 unidades em janeiro – 566000 refeições – geração de 635 empregos diretos mais 150 pelo POT. Mas, entrarão mais 6 unidades. São 400 refeições por dia, com boa qualidade, pois há um cuidado das entidades de fazer o melhor possível, além do acompanhamento da equipe de nutricionistas da SESANA. Atualmente são 57 unidades. Um dos pontos positivos é a adesão à segunda sem carne, que chegou a 60%, com enorme criatividade e respeitando a dinâmica própria da comunidade. Também, o fato de ser um lugar de encontro das pessoas, transformando-se em espaço de convivência, por conta do refeitório. Algumas unidades também oferecem jantar. Em números. Tem sido oferecidas 400 refeições, em média, em cada cozinha.

Núcleo de Nutrição – Atividades de capacitação de aproximadamente 100 horas. Tem como função orientar as OSCS das cozinhas escola. Vêm desenvolvendo um conjunto de atividades nas comunidades. Está encaminhado convênio com governo de estado para revitalizar as cozinhas dos mercados, onde há espaço – previsão de 6 cozinhas. As atividades do Núcleo também envolvem os Centros de Referência em SAN – Butantã e Vila Maria

BANCO DE ALIMENTOS – Crescimento de doações em 2023. Em janeiro de 2024 já foram arrecadadas 52 toneladas de alimentos

Bom Prato Paulistano – Programa desenvolvido em convênio com governo do estado, sendo que o município entra com 50% dos recursos. Há 2 unidades na zona sul: M'Boi Mirim e Parelheiros e estão sendo estudadas mais 3 unidades e quais regiões tem mais necessidade, além dos pontos móveis, que atuam na Lapa

Armazém Solidário – Foi inaugurado no dia 30/01, em São Miguel e serão instaladas mais 3 unidades na Zona Norte – City Jaraguá, Jaraguá e Estrada do Sabão, na Vila Brasilândia. Todas essas instalações estão dentro de equipamentos de abastecimento, como mercados e sacolões, com adaptação desses espaços. Foco atendimento da população mais necessitada. Proposta é criar uma loja de supermercado, com oferta de produtos semelhante ao das redes, com diversidade de marcas e produtos que possa permitir decisão das pessoas.

Na continuidade, a Secretária Soninha se propõe a responder algumas das questões que foram surgindo. A presidente Vera solicita que a secretária inicie trazendo informações sobre notícias sobre a implementação da CAISAN e do andamento do II Plano Municipal de SAN. Reforça que a secretária acolheu imediatamente a solicitação de uma conversa entre a presidente e a coordenadora da Comissão Executiva do COMUSAN-SP sobre a CAISAN, em outubro, e lembra que estamos inseridos num Sistema e para funcionar ele precisa ter todos os componentes atuando de forma articulada. Inclui a discussão do financiamento das ações, com os Fundos criados para isso, a partir do plano. Questiona qual o posicionamento da Secretária e das demais secretarias que compõem a CAISAN com relação à construção do Plano, e lembra que essa instância não está atuando desde março de

2023. Reforça o tempo estratégico que foi o ano de 2023, com a realização das Conferências e que teria sido positiva uma participação mais efetiva da CAISAN.

Segundo Sonia, a responsabilidade é dela como secretária de SMDHC. Explica que foi elaborado decreto a ser encaminhado para gabinete do Prefeito com a nova composição e responsabilização da CAISAN, mas que o volume de atividades acabou atrasando esse processo. De qualquer forma, entende que é possível e interessante chamar um primeiro encontro das secretarias que compõem a CAISAN, embora deva se considerar a institucionalidade. Caminhou-se numa decisão de reunir a CAISAN, trazendo a coordenação para SMDHC. Comenta que isso não quer dizer que não haja articulação e discussão, trabalho intersecretarial permanente, inclusive durante a conferência no encaminhamento das políticas de SAN. Quanto ao Conselho de Administração do FAASP (Fundo de Abastecimento, com a tentativa de trazer pessoas indispensáveis, já foram feitas várias listas, sempre com número maior do que o previsto no decreto. Com relação ao Fundo de Combate à Fome, a construção do edital foi pensada para atender organizações não abarcadas pelo FAASP, com características de iniciativa de caráter comunitário. Reconhece que fizemos vários encontros, construímos uma proposta, mas que tanto ela como o gabinete não conseguiram dar conta de colocar esse processo em andamento, mas que continua na agenda da Secretaria.

A secretária Soninha traz de volta o tema da questão da assistência alimentar e a busca pela autonomia dos beneficiários. Na SMDHC há reuniões diárias sobre o tema da alimentação e o Programa Operação Trabalho, que fornece benefício para as pessoas se capacitarem, da mesma forma que desenvolvem atividades ligadas à administração pública, às organizações sociais, entre outras. Comenta que o PLAMSAN tem um capítulo inteiro sobre o tema – Programas de Transferência de Renda, capacitar para o trabalho, para empreendedorismo com base na economia solidária, geração de trabalho e renda. O que é assistencialismo e o que é assistência? Como o pagamento do benefício caminha para autonomia ou não. Para isso se estabelece um prazo para a concessão desses benefícios, tendo em vista que se projeta que os beneficiários consigam construir suas estratégias de geração de renda, ou se insiram no mercado de trabalho. Na verdade, boa parte das pessoas não conseguem essa autonomia, por várias razões individuais e da organização da sociedade. Faz uma discussão das possibilidades de sobrevivência com 600 reais na cidade de São Paulo. E já faz uma ligação com a situação dos Fundos de financiamento das políticas públicas de SAN. Não há valor que chegue para atender às necessidades. No caso do FAASP o valor destinado no começo de 2023 foi de 190 milhões de reais e se chegou a 256 milhões de reais e não saíram do FAASP os valores para o auxílio reencontro, embora previsto legalmente, efetivamente ele está sendo suprido pela área da Assistência Social. E o orçamento de 2024 já começa com valor maior. Comenta sobre os decretos do governo federal para políticas de SAN nas cidades e outras e relata que há boa articulação do Município com os Ministérios de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento agrário, principalmente por conta de construção de parcerias com a CEAGESP, com foco nos Bancos de Alimentos.

Retoma os números de famílias cadastradas no programa Cidade Solidária, por meio das entidades sociais que as atendem, e que chega a mais de 400000 (quatrocentos mil) e que só é possível entregar 170000 (cento e setenta mil) por mês, uma demanda infundável.

Reforça a importância de atuar de forma articulada com conselheiras/os do COMUSAN-SP para tomar as melhores decisões no encaminhamento das políticas de SAN.

Vera corrobora a importância de conselheiras/os acompanharem mais de perto a elaboração e implementação das políticas de SAN no município, que é uma de suas atribuições.

Voltando a palavra para o Secretário da SESANA, Carlos Fernandes, que segue apresentando dados sobre estrutura de funcionamento e números e tipos de alimentos mais comercializados nos armazéns solidários. O princípio é vender produtos mais baratos em 30% em relação ao preço médio praticado na região. Os números do Armazém Solidário de São Miguel mostram atendimento diário

acima de 200 pessoas, com valores médios de gastos em torno de R\$66,00. O foco é a venda de alimentos saudáveis, evitando-se alimentos ultraprocessados, como salsicha. Só podem ter acesso aos armazéns pessoas cadastradas no CADÚNICO. Também está acontecendo doação de alimentos arrecadados no Banco de Alimentos. Há uma limitação quanto ao número de unidades a serem compradas, para evitar distorções. Levantamento de alimentos mais adquiridos indicam que as pessoas sabem escolher alimentos saudáveis, pois leite e legumes são os mais consumidos. Os armazéns também comercializam produtos de higiene e limpeza. O próximo passo é conectar com agricultores familiares para compra, assim como de base agroecológica e orgânica, com preços competitivos em relação ao convencional. Lembrando que esses valores são possíveis porque o município subsidia o preço. A previsão é de venda de R\$7000000,00 (setecentos mil reais por mês). Carlos esclarece que o município está inscrito no Programa de Aquisição de Alimentos. Vera complementa informando que algumas cooperativas indicaram São Paulo como cidade receptora mas não fomos contemplados na primeira fase do PAA e estamos no aguardo da liberação dos projetos e valores numa segunda fase.

Na sequência passamos para a conselheira Bruna Pereira, da Secretaria de Governo, que traz os dados de execução do **Programa Reencontro**, que é acompanhado pelo Núcleo Técnico que fica dentro da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos. Esclarece que prestará contas dos valores disponibilizados para o Programa Reencontro, que estão saindo do Tesouro, da Secretaria de Governo e sendo disponibilizados para a Secretaria de Assistência, portanto, não oneram o Fundo de Abastecimento Alimentar. A maior parte foi para as Vilas Reencontro, em número de 4. Traz uma tabela detalhada com todos os repasses: de onde saíram e para onde foram destinados durante todo o ano de 2023. Explica sobre o auxílio reencontro, que possui duas modalidades, mas que só foram feitos repasses para o reencontro família e que estão em processo de estruturação orçamentária do auxílio moradia. Há também um projeto chamado unidade de acolhimento Amor à vida, que é uma modalidade nova de acolhimento para população em situação de rua, em parceria com governo do estado. Não há intenção do governo de utilizar os recursos do FAASP para esses programas.

A presidente Vera esclarece que as políticas de SAN envolvem várias dimensões e necessitam que outros direitos também sejam garantidos, como habitação, no caso, as Vilas Reencontro; geração de trabalho e renda. Por isso, importante conhecer para onde estão sendo destinados recursos, principalmente no que diz respeito a populações em situação de maior vulnerabilidade social. Aprofundar nosso conhecimento sobre essas políticas e esses programas é necessário, de como estão sendo avaliados e qual impacto estão tendo sobre a mudança do cenário da insegurança alimentar e nutricional.

Faz um convite para que a Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social também traga seus dados sobre auxílio reencontro e vilas reencontro ou se puder explicar como eles se articulam com as demais políticas de SAN.

A conselheira Máira se dispõe a apresentar para o COMUSAN-SP algumas características da estrutura da SMADS para que conselheiras/os possam entender qual a articulação com SAN, que não se resume à distribuição de cestas, mas envolve programas de transferência de renda. Operam programas como o Bolsa Família, do governo federal, mas atua também com o Renda Mínima, que é um programa municipal e que complementa renda para algumas famílias, dependendo da composição familiar. Esse programa conta com um milhão e trezentos mil por mês e são 18000 (dezoito mil) famílias atendidas. Esse complemento de possibilita que as famílias consigam fazer frente a despesas básicas, para que possam morar e comer melhor vivendo com mais dignidade. Outro programa é o benefício eventual de cesta básica que é disponibilizado diretamente pelos CRAS, para as famílias atendidas, para questões mais emergenciais, com regra de no máximo 2 cestas básicas por família. E média são fornecidas 9000 cestas básicas por mês nos 54 CRAS. Existe também uma rede de cota assistencial que atende pessoas em situação de baixa, média e alta vulnerabilidade,

por meio de rede parcerizada, onde se abre chamamento com base no MROSC, as entidades são conveniadas e recebem um repasse mensal, em que parte do valor é destinado à alimentação das pessoas. Nos espaços de convivência, que servem almoço também, mas a maioria oferece café da manhã e lanche, como os CCA (atendimento de crianças e adolescentes), núcleos de convivência de idosos, CEDESP. São cerca de 260000 (duzentos e sessenta) refeições servidas todo dia, sendo 30000 (trinta mil) almoço e jantar. Em 2022 constatou-se que se investia muito em assistência e pouco em desenvolvimento social, com políticas muito estanques. O Programa Reencontro veio para ampliar a dimensão do desenvolvimento social, com a ideia de qualificar a saída das pessoas da situação de rua. O Programa é coordenado por governo, mas em 2024 a parte do orçamento que é executado por SMADS já ficaria na secretaria. O Programa conta com os seguintes serviços: Vilas Reencontro – unidades de moradia transitória modulares, que todos chamam de containers, mas são módulos com isolamento térmico e acústico, que contam com banheiro próprio e cozinha, por família. A proposta é que se mantenha os vínculos familiares e com sociedade, que ficam muito fragilizados em situação de rua, o que torna mais difícil conseguir a saída qualificada. Atualmente são 4 vilas, mas devem ser inauguradas mais 4. São previstas cozinhas comunitárias e espaço de cogestão com as famílias, com maior responsabilização pelos espaços de convivência e de alimentação. As cozinhas comunitárias estão em implantação, mas já existem comissões organizadas entre as famílias, como a de cozinha. Essas comissões recebem a alimentação que é contratada pelas organizações parceiras, porciona, serve, organiza espaço, podem usar para ações mais pontuais, como assar um bolo. E tem os 2 auxílios reencontro: o moradia, destinado a subsidiar pessoas que já podem sair do acolhimento para uma vida mais autônoma; e o família, que dá apoio a famílias a receberem pessoas em situação de rua. No Núcleo de desenvolvimento está se planejando atualizar o referencial geral da SMADS para alimentação em serviços. O Manual de Alimentação Saudável que existe está desatualizado, além de ser um instrumento difícil para utilizar como parâmetro para supervisão e gestão das parcerias. As refeições são contratadas ou preparadas pelas organizações parceiras com base nas orientações desse manual, mas não há um material que ajude os gestores de parcerias para analisar se a alimentação dos serviços está adequada. Não há nutricionistas na SMADS, e quem observa se as questões da alimentação estão de acordo são os gestores de parceria, que precisam ser instrumentalizados para tal. A conselheira Maira coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos e articular com a equipe que coordena o Programa Reencontro em SMADS para que venham em algum momento na reunião do COMUSAN-SP.

A presidente Vera reitera que SMADS e SMDHC já conhecem os questionamentos do COMUSAN-SP quanto ao número e composição do quadro de pessoal para realização das atribuições específicas relacionadas à planejamento, monitoramento, avaliação e adequação da alimentação oferecida nos diversos serviços.

A seguir, abre para questões de conselheiras/os e a conselheira Isabela, da Missão Paz, comenta que algumas questões relativas ao orçamento, e também sobre edital do FUMCAF foram respondidas pela secretária Soninha no chat. Relata que uma comissão do COMUSAN-SP fez uma prévia da análise do orçamento e está trocando informações com Isabela Campos, de SMDHC.

A conselheira Angélica pergunta especificamente sobre o FUMCAF, se há previsão de lançamento do edital, que estava planejado para outubro/novembro de 2023. Em consulta às entidades da zona oeste, a disponibilização desse edital é primordial para atingir famílias que não estão incluídas nos programas e serviços do governo, envolvendo também famílias da zona sul e migrantes. Outra questão é sobre Armazém Solidário, se há um pensamento sobre a sazonalidade dos produtos.

O conselheiro Gil faz uma questão mais direcionada, porque é conselheiro participativo da Subprefeitura da Mooca e tem uma questão mais pontual relacionada a previsão de instalação de um restaurante popular na região, que foi uma das propostas aprovadas no orçamento participativo.

A presidente Vera também tem questões a colocar: Cadastro no Programa Cidade Solidária: periodicidade, critérios para atendimento das organizações cadastradas, avaliação da qualidade das cestas (muitos questionamentos por parte das organizações e movimentos durante encontros e atividades realizadas ao longo de 2023, inclusive nas conferências) – prazo de validade é curto, variedade. Pondera a necessidade de avaliação contínua, e por isso é necessário ter o plano, ter a CAISAN funcionando, as atas das reuniões disponibilizadas, para ter transparência.

Constituição do quadro de pessoal: Para implantação e acompanhamento dos Programas e Projetos das Ministérios da Assistência e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos. Temos pleiteado a nomeação das nutricionistas do concurso que estava vigente porque há atribuições que são específicas de determinados profissionais, e também há parâmetros estabelecidos pelo Conselho Regional de Nutricionistas e que dariam segurança e transparência para essas atividades.

Recupera a luta do COMUSAN-SP para que as cozinhas comunitárias e cozinhas escola contemplassem as organizações que já vinham desenvolvendo ações de distribuição de comida nos territórios, que tivessem articulação no território, que fossem espaços de produção de saúde e de desenvolvimento social no território, focar nos processos de autonomia a partir da economia solidária, que já tem lei no município. Questiona como foram trabalhados os conteúdos de direitos humanos e das políticas de SAN junto às organizações que coordenam as cozinhas do Programa Rede Cozinha Escola, por exemplo, se tem clareza de que estão colocando em execução uma política pública, que não é um trabalho caritativo. A necessidade de fomentar a constituição das Comissões Regionais de SAN, que serviriam de ponto de apoio para os projetos Cozinha Escola para discutir a questão do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Qual a periodicidade e quais as estratégias de avaliação do Programa Cozinha Escola no que diz respeito à avaliação de seu impacto na vulnerabilidade, na dificuldade do acesso. Importante avaliar que alimentos estão sendo colocados para substituir a carne, na segunda sem carne, porque se for a soja, não vai na linha da mudança da pegada ecológica.

Com relação ao Programa Armazém Solidário – Está prevista venda de alimentos a granel? Considerando também a pegada ecológica. Selma questiona também se o dinheiro retorna para a prefeitura e quem coordena as lojas e o limite de compra.

Carlos Fernandes, secretário da SESANA – Explicita que todos valores utilizados para compra, o que entra com a venda é auditado. Tanto a sazonalidade como a venda a granel está sendo estudada. A administração dos armazéns é feita por uma OSC que atendeu aos princípios do edital. Luiza explicita que o núcleo de nutrição da SESANA elabora cardápio mensal com 3 sugestões para dar apoio às organizações, inclusive com relação à segunda sem carne. E existe todo um monitoramento e planejamento de formações para trabalhadoras/es das cozinhas escola.

A Secretária Sonia Francine passa a esclarecer questões colocadas sobre alguns programas como Cidade Solidária, cuja proposta é diminuir o intervalo entre as entregas. Tem clareza de que é um programa assistencial/emergencial, que não atende ao total de famílias atendidas. E tem procurado atender as organizações por meio de outros programas como Banco de Alimentos.

Quanto ao Bom Prato Paulistano, por ser um projeto em parceria, é necessário planejar de forma articulada com o estado, portanto, não há uma definição se será aberto na Mooca, mas com certeza, serão implantando muitos novos.

Quanto ao Rede Cozinha Escola – Seu objetivo é muito além da oferta de 400 refeições diárias, mas ser um polo de mobilização, de reconhecimento das necessidades e possibilidades do território. Avalia que a Segunda sem carne tem sido uma revolução na cultura alimentar. E com relação à construção da autonomia é um objetivo e as capacitações contínuas tem buscado fomentar esse processo. As cozinhas podem ser utilizadas como espaços para processos de formação e produção para construção de grupos autônomos. Sobre a formação em Direitos Humanos entram todos os

temas. Tem sido estimuladas a se articular com serviços do território e a atuarem como polos de conexão com rede de direitos humanos e sócio assistencial para as pessoas atendidas.

- Consulta ao pleno e Comissão de Ações e Políticas de SAN sobre agenda e organização de pauta para reunião com novo coordenador de Alimentação Escolar (CODAE) de SME, a partir de consulta realizada pela conselheira Mônica Nogueira de SME. A presidenta Vera Villela destacou a importância da organização de uma conversa sobre as prioridades na alimentação escolar com o novo coordenador de segurança alimentar, sugerindo a participação de representantes e a colaboração dos membros da Comissão de Políticas e Ações de SAN estruturação da pauta.

Encaminhamentos e Considerações Finais:

A reunião transcorreu de forma produtiva, abordando temas relevantes para a segurança alimentar e nutricional no município. Os encaminhamentos propostos visam fortalecer a atuação do Conselho e promover ações efetivas para garantir o direito humano à alimentação adequada.

A Presidente do Conselho agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Esta Ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião, com apoio de revisão da presidente do COMUSAN-SP

Luís Felipe Alcaniz
Secretário Executivo

Vera Helena Lessa Villela
Presidente

ANEXO II

DATA	Serviço	DOTAÇÃO	NºProcesso SEI	Valor pago
09/02/2023	Vila Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.2.500.9001.1	6024.2022/0012168- 1	R\$ 3.939.585,29
27/07/2023	Vila Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.2.500.9001.1	6024.2022/0012168- 1	R\$ 6.637.022,40
04/10/2023	Vila Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.1.501.9001.1	6024.2023/0009423- 6	R\$ 2.558.714,57
05/10/2023	Auxilio Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33903900.00.2.500.9001.1	6024.2023/0004035- 7	R\$ 164.400,00
21/11/2023	Vila Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.1.500.9001.1	6024.2023/0010196- 8	R\$ 994.775,95
21/11/2023	Unidade de Acolhimento Amor a Vida	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.1.500.9001.1	6024.2023/0011175- 0	R\$ 521.040,00
20/12/2023	Vila Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.1.500.9001.1	6024.2023/0012335- 0	R\$ 738.941,67
21/12/2023	Vila Reencontro	11.20.08.244.3023.4.884.33503900.00.1.500.9001.1	6024.2023/0012345- 7	R\$ 738.941,67